AS ORIGENS DA ESCRAVIDÃO NO CEARÁ

Pedro Alberto de Oliveira

1. A criação da capitania do Ceará, em 1534, foi um simples acontecimento administrativo, sem repercussão histórica.

2. Os aspectos físico-geográficos, mais do que sua formação econômica, determinaram a configuração territorial da capitania. Suas fronteiras são quase em sua totalidade naturais. Ao norte e nordeste, o mar; ao leste, a chapada do Apodi e serras esparsas do planalto da Borborema; ao sul, a chapada do Araripe; ao oeste, a serra da Ibiapaba.

3. Numerosos rios, temporários, cortam o território cearense, destacando-se entre outros o Jaguaribe, o Pirangi, o Pacoti, o Curu, o Aracatiaçu, o Acaraú e o Coreaú, em cujas bacias teve início o povoamento do civilizado, pois o silvícola já era seu ocupante e dono natural.

4. As serras, em grande quantidade, desempenharam importante papel em sua história; não só como refúgio das populações flageladas nas grandes estiagens, mas também como centros importantes da economia cearense.

5. Pode-se mesmo afirmar que a geografia da capitania determinou suas fronteiras, condicionou sua forma de povoamento e concorreu para que o criatório fosse a única, senão a principal, atividade econômica que se poderia desenvolver nela, dentro do contexto histórico-econômico da época. Os rios e a pecuária foram as bases de seu desenvolvimento e a razão de sua existência histórica por longos anos.

6. Até o início do século XVII a região ainda não estava integrada ao domínio efetivo dos portugueses, tanto assim, que no livro de Diogo de Campos Moreno — *Livro que dá razão do Estado do Brasil* — a região que corresponderia à futura capitania e província do Ceará, consta como "nova con-

quista", referindo-se ao feito de Pero Coelho de Souza, que iniciou a conquista do Ceará (1603), na primeira década daquele século. (1) Pero Coelho tentou escravisar grande quantidade de selvagens da capitania. Esses índios foram libertados por decreto de 10/09/1611. (2)

7. A conjuntura histórica da época contribuiu para que o jovem Martin Soares Moreno, ex-acompanhante daquela expedição preadora de índios, prosseguisse a conquista. Esse ilustre guerreiro é apontado pela tradição histórica como o colonizador do Ceará. O certo é que nada teria realizado sem a ajuda dos jesuítas e dos índios. O silvícola catequizado amoldou-se à cultura superior do reinol e seus descendentes.

8. Dentre muitos registros históricos que atestam a presença do silvícola ajudando o colonizador, nos primeiros tempos, destacamos o de João Brígido, no seu livro *Ephemerides do Ceará,* onde textualmente afirma: "Martim Soares Moreno, tenente comandante interino da fortaleza do Rio Grande do Norte, nomeado capitão-mor do Ceará pelo governador Diogo de Meneses, para colonizar a região, veio ter as suas plagas com dois soldados e um capelão. Trouxe em sua companhia Jacaúna, chefe índio potiguar, irmão do célebre Camarão. ... Martins Soares, sob a proteção de Jacaúna, que se diz ter sido o chefe da aldeia de Paupina ou da de Caucaia, fundou a capela e o fortim de N. Senhora do Amparo no mesmo sítio do estabelecimento de Coelho." (3)

9. A invasão de Pernambuco pelos holandeses atrasou o processo de colonização do Ceará. Penetração povoadora pelo interior realmente ocorreu naquela época, mas o fato é que só após a expulsão daqulees invasores, em 1654, reiniciou-se a ocupação efetiva da capitania.

10. O holandês havia buscado o apoio do indígena para sua causa. A opressão do colono português sobre esses, apesar da catequese jesuítica, concorreu para que tivesse havido muitas adesões. João Brígido assim se reporta a esse fato: "Devem ter influído para a resolução dos índios os maus tratos, de que já começavam a ser vítimas por parte dos portugueses, que os reduziam a cativeiro para suas lavras e outros trabalhos. ... Garsmam, que trazia ordem expressa de Maurício para não cativar os índios, facilmente ocupou o país, fazendo amizade com o chefe índio Algodão." (4) Vale salientar que não foi constante o bom relacionamento dos silvícolas da região com o elemento batavo, isso, principalmente, depois do período de governo de Maurício de Nassau.

11. A saída dos holandeses trouxe ao território cearense muitas famílias das capitanias vizinhas, que aqui se fixaram com seus cabedais. O gado foi o fator básico desse fato, representando o elemento econômico quase único.

12. A ocupação do Ceará teve duas frentes colonizadoras: uma tinha seu núcleo de procedência na Bahia, veio pelo chamado "sertão de dentro", penetrou pelo sul; a outra tinha como principais pontos de procedência, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, veio pelo "sertão de fora", e entrou na capitania especialmente pelo litoral. As duas correntes encontraram-se no interior, na região do médio Jaguaribe. Com mais detalhes, João Brígido se refere a esse fato assim: "os povoadores do Cariri vieram de Porto-Calvo, do Penedo, e da Cotinguiba, pelo riacho da Brigida. Pelo Rio-do-peixe, vieram os povoadores do Icó e alto Jaguaribe, quase todos do centro da Paraíba, de Itabaiana, de Pernambuco, etc. Finalmente, as regiões interiores do Jaguaribe, o litoral da capitania e o vale do Acaraú receberam os seus povoadores da costa de Pernambuco, Paraíba, e principalmente do Rio Grande do Norte. Nestes últimos pontos, a colonização foi mais tardia." (5)

13. Em 1656, chegaram à serra da Ibiapaba os padres Antônio Ribeiro e Pedro Pedrosa, reiniciando-se assim a catequese do indígena naquela região. Seguiu-se a vinda de João de Mello Gusmão (1663), considerado o primeiro povoador propriamente dito que veio com família para a capitania onde havia apenas a infantaria do presídio que era mudada cada ano pelo governo de Pernambuco. (6)

14. Thomaz Pompeu, no começo deste século, dizia que "iniciando-se o povoamento do Ceará em meados do século XVII, em menos de 50 anos estava devassado e a criação de gados se incrementara consideravelmente, ao ponto de concorrer para o abastecimento das vizinhas capitanias." (7)

15. No fim do século XVII ainda ocorria a ocupação do Ceará. A precariedade de documentos daquela época dificulta definir-se com precisão histórica a data das primeiras sesmarias distribuídas no Ceará. Não se levando em conta aquela doada a Martim Soares Moreno, em 1621, pois não teve continuidade, as primeiras datas de sesmarias doadas ocorreram a partir de 1678. (8) Raimundo Girão complementa: "Essas sesmarias ou datas a princípio eram timidamente localizadas nas embocaduras dos rios Pacoti, Choró e Pirangi, mas depois de 1680 se amiudaram os pedidos, todos desejando localizar-se nas áreas marginais aos outros rios, principal-

mente o Jaguaribe e, com o decorrer do tempo, o Acaraú, o Aracatiaçu, o Camocim ou Coreaú." (9)

16. Em 1691, a Carta Régia dirigida ao Governador de Pernambuco, Antônio Félix Machado, mandando "dividir em capitanias" os portos da costa do Ceará e mandar fazer mercê delas as pessoas que quisessem povoar e fazer fortificações comprova como era ainda incipiente a ocupação do Ceará mesmo já naquele ano, fins do século XVII. Mesmo assim a capitania merecia certo interesse por parte das autoridades coloniais. Pedro de Lelou, em 1696, informava a el-rei da existência na capitania de grande quantidade de gados "sem divisa ou marcas" pertencentes à fazenda e que sobre os quais diziam ter direito os religiosos do Carmo, do Recife. Posteriormente, em 1697, ficou decidido pelo Rei não proceder o direito que diziam possuir aqueles religiosos. Outra Carta Régia do mesmo ano, dirigida ao Provedor-mor na Bahia, ordenava que os dízimos do Ceará seriam arrematados em separado dos do Rio Grande do Norte. (10)

17. As condições econômicas da capitania não traziam muito proveito para o Erário Régio, mas a ação colonizadora então desenvolvida, ligada principalmente à criação de gados, tomava vulto e concorreu para que a população aumentasse e com isso ocorresse problemas de ordem jurídico-administrativa. Frente a essa realidade foi determinado por Ordem Régia de 1699 que fosse criada vila na capitania do Ceará. Dois núcleos populacionais, na Fortaleza e no Aquiraz (Iguape), disputaram a primazia de vila; decorrendo vários anos essa demanda. Tem-se uma idéia do que eram esses vilarejos, pela informação dada em 1696 pelo Capitão-mor Pedro Lelou para o Rei, afirmando que a população da Fortaleza possuía "mais de duzentos moradores".

18. Essa fase da colonização foi caracterizada pelas lutas de escravização e extermínio da população indígena pelo colono invasor. Destaque histórico deve merecer a resistência heróica que o silvícola cearense apresentou em sua defesa, e algumas vezes auxiliados pelos jesuítas. Durante várias décadas foram os selvagens cruelmente perseguidos pelos colonizadores, e até mesmo pela indiada já avassalada, que via então uma oportunidade de dar vazão aos seus antigos ódios grupais.

19. Em 1666, o Capitão-mor do Ceará, João Tavares de Almeida, "à testa de 40 soldados e 170 índios flecheiros derrotaram os Gendoins e Baiquis matando-lhes o chefe Panati e um filho". Em 1671, João Algodão, Francisco Aragiba e

outros chefes indígenas do Ceará requerem licença ao Capitão-mor Jorge Correia da Silva para fazer guerra aos Paiacus. Em 1674 fez-se guerra aos índios Ararius. No ano anterior, Manoel Pereira da Silva, Tenente da fortaleza do Ceará, "seguiu em companhia do missionário Frei Francisco de Sá para a serra da Ibiapaba à testa de 30 soldados e 150 índios conseguindo firmar paz e tratados de aliança com várias tribos e fazer com que se batizassem 302 índios." Em 1693, Carta Régia ao governador de Pernambuco solicitava informações sobre a proposta do Capitão-mor do Ceará para "atacar algumas aldeias do gentío bárbaro e de entrarem os religiosos missionários pelo sertão a converter os índios e não assistirem sempre nas aldeias dos já convertidos". Do mesmo ano é a Carta Régia ao governador de Pernambuco "censurando o procedimento havido pelo Capitão-mor e guarnição do Ceará com os índios de um a outro sexo, segundo fora representado pelo padre João Duarte do Sacramento". Segue-se da mesma data Ordem Régia proibindo que os soldados, sob pretexto de fiar algodão, tirem índias das aldeias, pelo escândalo que dali se segue, e determinando que quando eles quiserem algodão fiado para suas redes o entreguem aos missionários que lhe mandarão fiar e que as índias, Salvo casos de exceção, só possam ser contratadas para amas de leite". Já na última década do século XVII se intensificaram os atritos entre índios e colonos, levando a "estado ruinoso" as capitanias do Rio Grande e Ceará. Em 1691, Thomaz Cabral de Olival publica um bando convidando o povo a munir-se de armas e ir ao sertão dar guerra ao gentio levantado. É de dezembro de 1695, Carta Régia a Caetano Mello de Castro "sobre a conta dada pela Junta das Missões a respeito da guerra, venda e cativeiro de índios do Ceará". Em 1696, os Paiacus são aquietados e aldeiados. Neste mesmo ano Mello de Castro "representa a El-Rei sobre a justiça que presidiu a guerra feita no Ceará contra os tapuias e ao cativeiro e venda dos que foram aprisionados". (11) A escravidão indígena já era então uma realidade em terras cearenses.

20. Logo no começo do século (XVIII) o governo da capitania organizou várias expedições contra a indiada. Dentre elas destacaram-se a de 1708, comandada pelo capitão Bernardo Coelho contra as tribos dos Icós, Cariris, Cariús, Caratiús e outras; a que foi organizada contra os Paiacus quando esses invadiram Aquiraz, em 1713, e os Arariús levantaram-se na ribeira do Acaraú contra os moradores dali; a de 1721, contra os Jenipapos, no vale do Jaguaribe. A quarta ex-

pedição, realizada em 1727, foi a maior. Comandava-a o coronel João de Barros Braga que levou sua gente armada pela ribeira do Jaguaribe, chegando até os limites com o Piauí, espalhando o terror entre os silvícolas daquelas paragens. Essa expedição prendeu mais de 400 selvagens para a escravidão.

21. Por justiça, deve-se lembrar que várias foram as determinações do governo português, procurando diminuir os excessos cometidos contra os índios. (12) Exatamente por ser a mão-de-obra mais barata e disponível que existia, essas ordens impediam que eles fossem escravizados.

22. As atividades econômicas então desenvolvidas na capitania, ligavam-se principalmente à pecuária, e essa atividade, assim como a agricultura de subsistência, não enriquecia depressa. Mas a mão-de-obra para o trabalho era premente ao colono, que não dispondo de capital para a aquisição de escravo africano recorreu à escravidão do silvícola. O diminuto número de escravos negros no Ceará durante o século XVIII prende-se a essa realidade. O comércio escravo indígena era rendoso e tudo indica que era intenso. A Ordem Régia de 11/01/1711 determinava que não se comprasse ou vendesse escravo indígena senão em hasta pública. (13)

23. Durante a ocupação do território cearense, o índio foi o grande trabalhador, quer como servo, quer como escravo. Posteriormente, esse labor continuou sendo feito pelos seus descendentes diretos ou de "raça cruzada". Documentos da época nos mostram essa verdade. No inventário do casal capitão Antônio Mendes Lobato, realizado em 1719, e por sinal considerado pela tradição o mais antigo grande criador do sul da capitania, foram registradas 3.945 rezes, e apenas um escravo africano que foi avaliado por 160$000 réis, valor equivalente a 47 bois. Consta, porém, a existência de numerosos escravos indígenas dos grupos Calabaças e Carius, avaliados então a 55$, 30$ e 13$000 réis. (14) Por morte de D. Felícia Antunes de Aguiar, ocorrida em 1719, moradora no Aquiraz, seu inventário registrou apenas um escravo "tapuia" de nome João, de idade de vinte anos, "pouco mais ou menos" com uma perna cortada, avaliado em 12$000 réis. Dez bois estavam avaliados em 35$000 réis, um poldro amansado em 10$000 réis, um cavalo, 15$000 réis. (15)

24. O Barão de Studart transcreveu a Ordem Régia ao Capitão-General de Pernambuco, datada de 02/06/1728, "instruindo sobre a administração de escravos que se acham sem senhores"; a "representação do Capitão-mor João de Teyve

Barreto e Meneses, de 02/06/1744, sobre a atitude do Provedor da Fazenda acerca de venda de escravos sem dono e gados de evento"; a "representação ao Ouvidor Manoel José de Faria sobre a competência do Capitão-mor da capitania para vender escravos sem dono, datada de 30/06/1744; a Ordem Régia de 25/09/1745 "sobre a controvérsia entre o Capitão-mor e o Ouvidor do Ceará acerca da venda de escravos fugidos." (16) Dessa mesma época (1748) é o requerimento feito pela câmara de Aquiraz pedindo ao Rei providências para se "pôr cobro à fuga dos escravos índios para Pernambuco, e a proteção que lhes dão os padres missionários." Coincidentemente, dois dias depois, a câmara de Aracati representava ao Rei "sobre a falta de índios, que sofrem os moradores, e a proteção indevida que aos ditos índios estão a dispensar os missionários." (17)

25. Esses cativos eram necessariamente indígenas, dado a pobreza de recursos em que viviam os cearenses naquele tempo. Os representantes de Aquiraz, no seu requerimento, afirmam textualmente que "muitos dos moradores desta Capitania do Seará estam sem ter quem os sirva pella falta que lhes tem feito *os escravos que tinham filhos da terra* (o grifo é nosso), e por essa mesma experimentão considerada perda na criação de seus Gados, que he o de que vivem neste certão por lhe servirem de pastores, e fabrica delles...". A representação de Aracati também reafirma textualmente essa verdade, dizendo que "a rigoroza seca, que tem experimentado esta Capitania do Ceara desde o anno de corenta e tres a esta parte tem posto a seus moradores em concideravel deminuisão de bens, que são os gados em que consistem seus cabedais e crião estes certoins, e a bem desta cruza se lhes tem acumulada outra que he *a falta dos escravos filhos da terra* (o grifo é nosso) porque sem elles não podem aproveitar e beneficiar os ditos seos gados, que lhe servem de fabrica, assim como nas partes desse Reino os nossos de pastores, sendo a cauza desta falta a fuga que fazem a seos Senhores ha annos a esta parte..."

26. Uma presença ocasional de escravos africanos no Ceará, ocorreu quando em 1742 arribou em Fortaleza o bergantim "N. S. do Socorro S. Antonio e Almas" com um carregamento de escravos negros vindos da Costa da Guiné. O Barão de Studart, de quem tiramos a informação, não registra dados mais detalhados sobre esse acontecimento, adiantando apenas que conhecia os autos da justificação do contramestre Antônio Carvalho que declarou em um dos itens "não

haver no Ceará carapinas da Riba e menos taboados, calafates nem breo e os mais aprestos com que se podesse concertar a embarcação afim de seguir para o porto de destino." (18) Nada consta que esses escravos ficaram na capitania.

27. A primeira entrada organizada de escravos negros ocorreu durante a curta existência da "Companhia do Ouro das Minas de S. José dos Cariris", iniciada em 1756, e que explorou ouro na região sul da capitania. Foram introduzidos, para os trabalhos de mineração, sessenta e nove escravos negros, entre ladinos e boçais, africanos e crioulos. Os negros da "Costa" eram mais valiosos que os "Angola", esses constituíam a maioria do plantel. O preço médio deles variava entre 80$000 e 120$000 rs. Após a extinção da Companhia, em 1758, voltaram eles para o poder de seus senhores não se tendo notícia de seus destinos. (19)

28. A presença de negros na região das Minas deve ter sido numerosa, pois se tem notícia da existência de mocambos de "negros fugidos" ali, além de outros como um negro do padre Antônio Correa Vaz, outro chamado Bento da Rocha, pertencente a uma pessoa de Jacobina, a negra forra chamada Josepha Maria, moradora no Morro Dourado, que diziam ser contrabandista. (20)

29. Apesar do fracasso daquela empresa muitos benefícios trouxe ela para aquela zona, explorada e ocupada que foi de ponta a ponta, não restando "um pedaço de terra devoluta, e a população congregada aplicou-se à agricultura e à criação de gados". Desenvolveu-se ali, principalmente nas serras e brejos do Araripe, o plantio de cana-de-açúcar e um comércio intenso com as capitanias vizinhas, principalmente Pernambuco, o que veio a contribuir para a introdução de escravos negros. (21) Na época, o comércio da zona jaguaribana, a mais desenvolvida, fazia-se pelo porto de Aracati, sendo o Icó o principal centro comercial da região interiorana.

30. A criação de vilas no decorrer do século XVIII demonstra a ocupação do território cearense: Aquiraz (São José do Ribamar) — 1700; Fortaleza, 1726; Icó, 1738; Aracati, 1748; Monte-mor-o-novo da América (Baturité), 1764; Crato, 1764; Sobral, 1773; Granja, 1776; Quixeramobim, 1789; Viçosa Real, 1759; Caucaia (Soure), 1759; Parangaba (Arronches), 1759; Mecejana (Paupina), 1760; essas quatro últimas ex missões dos jesuítas. (22) Esses religiosos já no começo do século XVIII tinham missões em Parnamirim, Parangaba, Caucaia, Almofala, Monte-mor-o-velho, Paupina, São João do Jaguaribe e Ibiapaba. (23)

31. João Brígido afirma que em 1765 existiam na capitania, "segundo róes eclesiásticos, 9.731 fogos com 34.181 pessoas de desobriga, em 11 vilas e 20 freguesias. Havia 41 capelas. 972 fazendas de criar, e no Cariri 87 engenhos, que fabricavam mel e rapaduras. A força pública de milícias e ordenanças contava com nove regimentos." (24)

32. José Ribeiro Júnior, baseado em documentos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba referentes ao período de 1762-1765, achou para a capitania do Ceará, anexa à de Pernambuco, a existência de 4.202 fógos; e numa população de 17.010 habitantes, a presença de 2.128 escravos. (25) Essa população cativa correspondia a menos da metade dos escravos do Rio Grande do Norte, menos de um quarto dos da capitania da Paraíba e a undécima parte da de Pernambuco. Não foi feita distinção entre escravos negros e índios. Tudo indica que as informações fornecidas por esse pesquisador são parciais, pois o primeiro recenseamento da capitania feito em 1775, citado por Varnhagen, (26) registra 34.000 habitantes. Esse autor não faz referência à população escrava. Considerando-se os dados parciais de Ribeiro Júnior como uma amostragem, os escravos no Ceará naquela época representavam 12,5% de sua população, índice relativamente baixo, levando-se em conta que esses cativos, em sua maioria, deveriam ser indígenas, por razões expostas anteriormente.

33. A ocupação da zona norte da capitania teve início pelos vales dos rios que banham aquela região, destacando-se o Coreaú e o Acaraú (Acaracu). As fazendas de criar foram também os núcleos colonizadores, como ocorreu na maioria do território. Seu desenvolvimento não foi tão intenso como o do vale jaguaribano, que gozava das vantagens da localização próxima dos centros consumidores e mais desenvolvidos. além de outras.

34. Documentos de 1788 referentes às atividades agropastoris da zona norte, apontam-nos a existência de 846 propriedades rurais, pertencentes a 565 proprietários. Em 491 delas existiam 1424 escravos; portanto, 355 não os possuíam. Nelas, apenas 333 plantavam algodão; e, mesmo assim, a sua maioria produzia para consumo próprio. Poucas vendiam para Pernambuco, principal centro importador dos produtos da capitania. (27)

35. Levando-se em conta o total de propriedades e a quantidade de escravos existentes nelas, a média por propriedade era muito baixa: 2,9. Sessenta possuíam apenas um escravo. Nos informes documentais usados por nós, não cons-

ta a etnia nem o sexo deles. O maior possuidor de cativos era o coronel Jerônimo Machado Freire, detentor em suas 22 propriedades de 72 escravos, 140 instrumentos agrícolas (enxadas, foices, machados, alavancas, cavadoras), 21.252 cabeças de gado, sendo que 18.747 vacum. (28)

36. Seguia-se a esse potentado da zona norte, D. Ana Maria da Conceição, possuidora de 20 escravos em suas duas propriedades, onde existiam 15 instrumentos agrícolas e 522 cabeças de gado, sendo 357 vacum. Fabricou no ano base — 1788 — 3.000 rapaduras e 160 "frascos de mel para gasto de sua fábrica". Tinha colhido no ano anterior 200 alqueires de mandioca ("noventa para gasto de sua fábrica e ficaram 110 para vender aos moradores do mesmo termo"); 400 mãos de milho ("200 mãos para gasto de sua fábrica e as outras para vender"); 11 arrobas de algodão em caroço (vendeu a Francisco Manoel Carneiro para transportar para Pernambuco, continuando a colheita. (29)

37. As informações contidas no livro de registro "das plantações e criações de gados" mostram-nos o diminuto e precário tipo de instrumentos agrícolas então usados. O Sargento-mor Antônio Manoel da Conceição possuía 15 escravos e 19 instrumentos agrícolas: 5 machados, 6 enxadas, 5 foices, 1 cavador e 2 carros; Manoel da Costa Farrapo tinha 8 escravos, 12 instrumentos agrícolas: 5 enxadas, 5 foices, 5 machados, 1 cavador e 2 carros; o Capitão Domingos Rodrigues Lima possuía 16 escravos e 17 instrumentos agrícolas: 4 machados, 6 enxadas; Eusébio Azevedo Faria possuía 14 escravos e 17 instrumentos agrícolas: 5 machados, 3 foices, 6 enxadas e 3 cavadores, este possuía 896 cabeças de gado, sendo 775 vacum.

38. Outro original e importante testemunho daquela época é o inventário do Padre João Ribeiro Pessoa, iniciado em 22/08/1788, em Sobral. (30) Veja-se que é o mesmo ano do livro "de plantações e criações de gados" acima referido. Nele encontramos registrado a venda, a dinheiro, de uma légua de terras na "Caxoeira" ao Cap. Domingos Rodrigues Lima pela quantia de 300$000 réis. Outra venda de bens, também a dinheiro, foi feita ao acima citado Coronel Jerônimo Machado Freire, constando de "gado vacum", "cavalar e de fábrica" e "terras na Caxoeira" por 2:000$000 réis (dois contos de réis), quantia muito vultosa para se dispor de pronto naquele tempo. Um escravo de nome José foi alforriado por 25$000 réis. O crioulo Francisco, de cinquenta anos "pouco mais ou menos", "quebrado de uma virilha" foi avaliado em

40$000 réis; o preto de "nação Angola", por nome Domingos, de cinquenta anos "pouco maïs ou menos" valia 80$000 réis. 16 vacas parideiras foram avaliadas em 32$000 réis; 4 "bois de barco" valiam 12$000 réis; 11 cavalos 66$000 réis. "Novecentas braças de comprido e meya legoa de largo no citio das Marrecas no rio Acaracu de parte da nascente" foram avaliadas em 225$000 réis.

39. Repetiu-se aqui o que tinha ocorrido em outras parte do Brasil: o indígena que não se submeteu à vassalagem do colono foi escravizado ou exterminado.

40. No caso particular do Ceará, as condições ambientais e econômicas da época não exigiam muito do trabalho escravo para uma pecuária extensiva e uma agricultura de subsistência.

41. Nos meados do século, os indígenas que não eram escravos ou estavam sob a proteção dos jesuítas em suas missões, ou sob a dependência semi-servil dos proprietários de terras.

42. Após a expulsão daqueles religiosos, os silvícolas das missões ficaram sob a administração das autoridades coloniais que usavam dessa mão-de-obra, livre e barata, quase a seu bel prazer.

43. Alencar Araripe refere-se ao fato assim: "os diretores tornaram-se arrematantes dos dízimos e exerciam mil extorsões, eram senhores absolutos dos indígenas aldeiados." (31)

44. Dentre várias notícias sobre o trabalho indígena assalariado na época, destacamos os registros sobre a construção da matriz de Sobral (1778) quando "os operários-serventes ganhavam apenas quarenta réis por dia de serviço, e eram índios tapuias vindos de Viçosa. Tinham eles comida fornecida pelo Padre, encarregado da construção, e o preto, que a preparava, percebida diariamente vinte réis." (32)

45. Já na segunda década do século XIX, vários atos administrativos do governo de Manoel Ignacio de Sampaio são testemunhos da servidão indígena institucionalizada na época. A portaria de 12/07/1814 determinava ao "Diretor de Arronches para fornecer ao Rev. Vigário daquela vila 12 índios para a reedificação da Igreja"; a portaria de 13/12/1815, dirigida à vila de índios determinava "para obrigarem os índios a virem à praça vender mariscos." (33) A circular dirigida aos Diretores dos índios de Soure, Arronches, Mecejana e Monte-mor-o-velho de 21/02/1820 referia-se a despachos "para se darem trabalhadores semanários para os differentes trafegos em que são empregados os índios, declarando-se o

nome das pessoas, a data dos despachos e o nome dos trabalhadores pedidos para cada huã dessas pessoas." (34)

46. Quanto à escravidão negra no Ceará, foi mais um fato ocasional do que uma necessidade econômica. O escravo negro foi mais um valor do que um fator na economia da capitania, muito pobre e carente de moeda como objeto representativo de riqueza.

47. Os escravos negros aqui existentes, na sua maior parte, ou vieram com seus senhores em mudança, eram descendentes daqueles, ou tinham sido adquiridos como objeto de valor ou utilitário.

48. Isso não vale dizer que tenha sido nula a participação do elemento negro no Ceará naquela época (séc. XVIII). A sua própria condição de utilitário — servidor doméstico, artesão etc — sempre junto ou próximo aos senhores, muitas vezes companheiro de desdita nos infortúnios das épocas ruins, fazem-nos ser sentidos na história da capitania. Dessa natureza foi o caso de um cidadão da zona norte, contemporâneo do prof. Manoel Ximenes de Aragão, que em suas memórias (35) fala-nos de um Matias que na grande seca de 1825 foi atingido pela desgraça. "Este homem possuía dois escravos e tinha dez filhos e depois de ter vendido estes escravos, e comido todo o seu produto, veio a morrer com toda a família, ficando-lhe unicamente um filho, que, depois de perder a mãe, procurou a companhia de meu tio Joaquim por ser seu padrinho e a quem só largou depois de casado." O exemplo citado mostra-nos também a realidade catastrófica que traziam as secas para a sociedade rural da época. Rica e bonançosa nos bons tempos, e de repente paupérrima e desgraçada.

49. O Pe. Francisco Sadoc de Araújo (36) em transcrições de registros de batizado e casamentos da época nos mostra a participação direta do índio e mesmo do negro na formação de Sobral, posteriormente um dos maiores redutos escravistas da província. Chega mesmo a dar destaque à comunidade negra sobralense, quando afirma ter sido o preto Manoel Gomes do Carmo o primeiro professor a ter escola regular em Sobral, ensinando a pessoas de cor, "ganhando o sustento do trabalho de alfabetizar". Tendo ele sido "realmente o fundador da primeira escola existente na Caiçara", berço de Sobral. (37) Destaca ainda mais: "com isso cresce o mérito deste primeiro educador e demonstra o senso comunitário da raça negra que solidariamente se unia e tomava consciência de suas próprias responsabilidades."

50. No Cariri, zona cearense mais ligada a Pernambuco, e tradicionalmente dedicada à agricultura, a presença negra não foi bem definida no século XVIII. Os poucos documentos existentes, em via de destruição, poderão ainda testemunhar sobre ela. Dando-se crédito a informações parciais, a população do Cariri, por volta de 1812, possuía 11.735 habitantes. (38)

51. Gardner, em 1838, ainda dizia sobre a vila do Crato que "toda a população da vila chega a dois mil habitantes, na maioria todos índios ou mestiços que deles descendem. Os habitantes mais respeitáveis são brasileiros, em maioria negociantes; mas como ganham a vida, as raças mais pobres é coisa que não entendo." (39) Aquele viajante europeu não fez referência a escravos negros quando de sua passagem pelo Ceará. Isso pode bem demonstrar que a população de cor não se destacava nem etnicamente nem economicamente. Se aquela era a realidade histórica nos meados do século XIX, o que não seria nos fins do anterior, quando a região era muito menos desenvolvida economicamente?

52. Assim fica delineada, a largos traços, os primeiros tempos da escravidão no Ceará. As condições históricas, principalmente no tocante à vida econômica, irão mudar muito na primeira metade do século XIX, o que naturalmente virá a modificar o instituto da escravidão no Ceará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil.* Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968, p. 83.
2. BRÍGIDO, J. *Ephemérides do Ceará.* Fortaleza, Typ. Studart, 1900, p. 8.
3. *Ibidem,* p. 7.
4 *Ibidem,* p. 15.
5. *Ibidem,* p. 18.
6. STUDART, Guilherme. *Dactas e factos para a história do Ceará.* Fortaleza, Typ. Studart, 1896, p. 71-75.
7. POMPEU Sobrinho, Thomaz. *Indústria pastoril no Ceará.* Fortaleza, Typolithographia Gadelha, 1917, p. 7.
8. SOUSA, Eusébio Alves Neri de. *Índice geral alfabético e remissivo das datas de sesmarias do Estado do Ceará.* Fortaleza, Oficinas de Cadeia Pública, 1933, p. 6 e seg.
9 GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará.* Fortaleza, Imprensa Universitária, 1971, p. 95.
10 STUDART, op. cit. passim.
11. *Ibidem,* passim.
12 *Ibidem,* passim.
13. ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará.* Fortaleza, Typ. Minerva, 1958, p. 106.
14. BRÍGIDO, op. cit. p. 40.

15. Arquivo Público do Ceará. Documentos históricos. Inventário de Felícia Antunes de Aguiar. Aquiraz, 1719.
16 SOUZA, José Bonifácio de. *Índice dos documentos da Coleção Studart. V. III* Fortaleza, Revista do Instituto do Ceará, 1958, p. 262.
17. STUDART, op. cit., p. 239 e 242.
18. STUDART, Guilherme. *Notas para a história do Ceará.* Lisboa, Typographia do Recreio, 1892, p. 64.
19. *Ibidem,* passim
20 *Ibidem,* p. 59.
21. BRÍGIDO, João. *A Fortaleza em* 1810. Fortaleza, Edições UFC, 1980. passim.
22. GIRÃO, op. cit., p. 125.
23. ARARIPE, op. cit., passim.
24. BRÍGIDO, op cit., p. 67.
25. RIBEIRO Júnior, José. *Colonização e monopólio do Nordeste brasileiro.* São Paulo, HUEITEC, 1928, p. 72.
26. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil.* 7.ª ed. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1962. T. V-VI, p. 71.
27. Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC). *Estudo do remanejamento da pecuária na zona norte do Ceará.* Fortaleza, 1974, 2v. passim.
28. *Ibidem,* fichas 154 a 173.
29. *Ibidem,* ficha 459.
30. Arquivo Público do Ceará. Inventário do Padre João Ribeiro Pessoa — Sobral, 1788.
31 ARARIPE, op. cit., p. 60.
32 FROTA, D. José Tupinambá da. *História de Sobral.* Fortaleza, Ed. Henriqueta Galeno, 1974, p. 77.
33. Arquivo Público do Ceará. Livro 22 — Off.os aos Capitães-Mores Commandantes de Destrictos e Directores de Indios — 1814-1815.
34. Idem, Livro 40 — Registro dos Off.os aos Capitães-Mores e Commandantes de Destrictos e Derectores de Idios — 1819-1820.
35. ARAGÃO, Prof. Manoel Ximenes. *Memórias,* apud FROTA, D. José Tupinambá da. *História de Sobral,* Fortaleza, Ed. Henriqueta Galeno, 1974, p. 427.
36. ARAÚJO, Padre Francisco Sadoc de. *Cronologia Sobralense.* Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense, 1974, passim.
37 ————————. "A educação começou com farinha, cachaça e heroismo". *O Povo.* Fortaleza, 19 fev. 1978.
38. NORÕES, Edilmar et alii. *Região do Cariri.* Fortaleza, BEL, Publicações Ltda., 1978, p. 12-13.
39. GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil.* Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1975, p. 93.